

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	25
LISTA DE QUADROS	27
INTRODUÇÃO	31
<i>Capítulo I</i>	
A SOCIEDADE NA MODERNIDADE FLUIDA E SUAS CRISES	45
1.1 Crise das relações intersubjetivas: primeira faceta de uma tensão global de um tempo líquido	47
1.2 Crise de gestão de conflitos: segunda faceta de uma tensão global de um tempo líquido	59
1.2.1 O Judiciário como superego de uma sociedade órfã do seu poder de tutela	59
1.2.2 Crise de administração da justiça	67
1.2.3 Gestão inadequada dos conflitos.....	68
1.2.3.1 A gestão inadequada de conflitos exemplificada no caso dos agentes dos Procons que presidem audiências de conciliação, rompendo com a condição de parcialidade a eles inerente.....	71
<i>Capítulo II</i>	
ACESSO À JUSTIÇA, CRISE DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO (IN)ADEQUADA DE CONFLITOS	79
2.1 Acesso à justiça: sentidos de um direito fundamental.....	79
2.2 A tendência de difusão de métodos alternativos de gestão adequada de conflitos no contexto da desjudicialização	93
2.3 O movimento universal de acesso à justiça.....	102
2.3.1 O obstáculo econômico e a primeira onda do movimento.....	104
2.3.2 O obstáculo organizacional e a segunda onda do movimento	110
2.3.3 O obstáculo processual e a terceira onda do movimento	112
2.4 A crise nacional de administração traduzida em números	119
2.4.1 Fontes de pesquisa	121
2.4.2 Estrutura do Judiciário.....	126

⊙ Conclusões provisórias sobre a estrutura do Judiciário.....	128
2.4.3 Distribuição populacional por unidade judiciária.....	128
⊙ Conclusões provisórias sobre a distribuição populacional por unidade judiciária.....	131
2.4.4 Força de trabalho.....	131
⊙ Conclusões provisórias sobre a força de trabalho.....	142
2.4.5 Despesas.....	144
⊙ Conclusões provisórias sobre o total de despesas do Judiciário.....	149
2.4.5.1 Despesas com recursos humanos – RH	150
⊙ Conclusões provisórias sobre as despesas do Judiciário com recursos humanos – RH.....	156
2.4.5.2 Assistência Judiciária Gratuita – AJG.....	156
⊙ Conclusões provisórias sobre assistência judiciária gratuita – AJG.....	158
2.4.6 Arrecadações	158
⊙ Conclusões provisórias sobre arrecadações	160
2.4.6.1 Custas processuais	161
⊙ Conclusões provisórias sobre custas processuais	165
2.4.7 Casos novos	165
⊙ Conclusões provisórias sobre casos novos	168
2.4.8 O volume de ações ajuizadas é sinal indicativo da consolidação de uma cultura do litígio no Brasil?	168
2.4.8.1 Número de casos novos por 100.000 habitantes: o primeiro argumento que afasta a presença da cultura do litígio no Brasil....	169
2.4.8.2 Cultura da violação de direitos: o segundo argumento que afasta a presença da cultura do litígio no Brasil	172
2.4.8.2.1 Maiores litigantes do Brasil.....	172
2.4.8.2.2 Motivações para litigar	181
2.4.8.2.3 Particularidades das demandas de consumo.....	185
⊙ Conclusões provisórias sobre a (des)caracterização da cultura do litígio no Brasil.....	194
2.4.9 Processos baixados	195
⊙ Conclusões provisórias sobre o número de processos baixados.....	197
2.4.10 Índice de Atendimento à Demanda – IAD	197
⊙ Conclusões provisórias sobre o índice de atendimento à demanda – IAD	201
2.4.11 Índice de Produtividade dos Magistrados – IPM e Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária – IPS-Jud.....	201
⊙ Conclusões provisórias sobre o índice de produtividade dos magistrados – IPM	209
2.4.12 Taxa de congestionamento e casos pendentes.....	210
⊙ Conclusões provisórias sobre a taxa de congestionamento e casos pendentes	218

2.4.13	Tempo de giro do acervo e tempo de tramitação dos processos.....	219
⊙	Conclusões provisórias sobre o tempo de giro do acervo e o tempo de tramitação dos processos	220
⊙	Conclusões provisórias sobre o tempo de giro do acervo e o tempo de tramitação dos processos	221
2.4.14	Recorribilidade.....	221
⊙	Conclusões provisórias sobre os índices de recorribilidade externa e interna.....	227
2.4.15	Índice de conciliação e motivações para fazer acordos	229
⊙	Conclusões provisórias sobre o índice de conciliação e as motivações para fazer acordos	238
2.5	O que os contornos da crise nacional de administração da justiça sinalizam para os profissionais do direito, em termos funcionais e mercadológicos?	239
2.6	Gestão multiporta de conflitos: uma política judiciária de efetivação do direito fundamental de acesso à justiça	240
2.7	Etapas do processo de gestão adequada de conflitos: virtudes, diretrizes e critérios norteadores da atuação de gestores de conflitos	247
2.7.1	Diagnóstico do conflito: primeira etapa do processo de gestão adequada de conflitos	250
2.7.2	Escolha do método adequado: segunda etapa do processo de gestão adequada de conflitos	253
2.7.3	Execução do método adequado: etapa final do processo de gestão adequada de conflitos	259
Capítulo III		
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS		261
3.1	Fundamentos filosóficos da gestão não violenta de conflitos.....	261
3.2	Exigências éticas para a superação autônoma e não violenta do conflito	286
3.2.1	O diálogo como exercício de aproximação e descoberta do rosto do ser.....	292
3.2.2	A responsabilidade pelo Outro com o qual se relaciona em meio ao conflito	296
3.3	Elementos essenciais da mediação: conceito e características	304
3.4	Escopos e potenciais contribuições da mediação para a superação de crises nas relações intersubjetivas e na gestão dos conflitos.....	311
3.5	O ofício do mediador	318
3.5.1	Desafios enfrentados pelo mediador no exercício da função	322
3.5.2	Desafios enfrentados pelo mediador para o exercício da função	326
Capítulo IV		
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EFETIVAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO VIA DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL		329
4.1	Histórico do processo de institucionalização da mediação no brasil.....	330
4.2	Resolução nº 125/2010 do conselho nacional de justiça	337

4.2.1	Os pressupostos balizadores da <i>Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário</i>	337
4.2.2	Diretrizes da <i>Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário</i>	344
4.2.3	Panorama da gestão adequada dos conflitos no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).....	384
4.3	A mediação no código de processo civil brasileiro.....	386
4.3.1	O estímulo à mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos: norma fundamental do Código de Processo Civil brasileiro.....	387
4.3.2	Mediadores judiciais	388
4.3.3	Princípios da mediação	400
4.3.4	Audiência de mediação	402
4.3.5	Outras disposições sobre o uso da mediação no Código de Processo Civil Brasileiro.....	413
4.4	O <i>marco legal da mediação</i> : lei nº 13.140, De 26 de junho de 2015.....	415
4.4.1	Da mediação.....	416
4.4.2	Da autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	437
4.4.3	Disposições finais	444

Capítulo V

CONDIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO VIA ADEQUADA DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

447

5.1	Provisão de recursos: financeiros e humanos	449
5.2	Atuação de servidores capacitados para a realização das atividades de triagem de conflitos e escolha do método adequado.....	452
5.3	Capacitação e atualização de mediadores	453
5.4	Integração entre diferentes órgãos e instituições	454
5.5	Avaliação qualitativa de resultados.....	454
5.6	Adesão da sociedade e dos profissionais do direito.....	456
5.6.1	A pedagogia da mediação aplicada ao meio ambiente escolar.....	462
5.6.2	A pedagogia da mediação aplicada ao ensino do Direito.....	475

CONCLUSÃO

491

REFERÊNCIAS

503

APÊNDICE

☉	Fluxograma indicativo de critérios de escolha do método de gestão de conflitos adequado ao caso concreto	520
---	--	-----

ANEXOS

ANEXO A - Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010.....	523
ANEXO B - Relação de artigos do código de processo civil brasileiro (lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) que versam sobre a mediação	547
ANEXO C - <i>Marco legal da mediação</i> (lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015)	567